



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

EDITAL Nº 90055/2026

Processo nº 00610998.000292/2025-92

OBJETO: Realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço, na sua forma ELETRÔNICA – tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de acessórios para equipamentos médico-hospitalares (monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores), atendendo as demandas das unidades hospitalares estaduais do Rio Grande do Norte

TIPO DE DISPUTA: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

IMPORTANTE:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/05/2026.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 10:00horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 925550

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília /DF.**

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: ATÉ DIA-21/MAIO/2026

Pregoeiro(a): AURIDETE MARIA DE ARAÚJO

Endereço: *Secretaria de Estado da Saúde Pública*

Comissão Permanente de Licitação

Email: sesap.cpl@gmail.com

Telefone: 84 3232-2671

CNPJ: 08.241.754/0001-45

ComprasGov: www.gov.br/compras/pt-br e www.compras.rn.gov.br

A Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, torna público, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na sua forma **ELETRÔNICA – tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, para **Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço, na sua forma ELETRÔNICA – tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de acessórios para equipamentos médico-hospitalares (monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores), atendendo as demandas das unidades hospitalares estaduais do Rio Grande do Norte

1.2. O registro de preços será do tipo menor **preço por item.**

1.3. As propostas deverão estar sujeitas à legislação vigente da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA).

1.4. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

1.5. O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2. DA COTA RESERVADA

2.1. Não haverá a a reserva de cotas, de acordo com a Justificativa da ausência de cotas reservadas juntada aos autos do processo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.10. Não poderão participar deste Pregão:

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a

condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme justificativa acostada aos autos do processo administrativo;

4. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

4.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.5. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.6. **O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ões)** deverão ser encaminhados pelo **e-mail: sesap.cpl@gmail.com**.

4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastro da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.4. De acordo com o art. 63, II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será exigida a apresentação dos documentos para habilitação apenas pelo licitante vencedor, tendo em vista que a fase de habilitação não antecede a de julgamento na presente licitação.

5.5. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

5.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;
- Fabricante;
- Marca (Exceto quando se tratar de marca própria e exclusiva, situação em que a licitante deve expressar que se trata de “marca própria e exclusiva”, evitando uma identificação antecipada);
- Valor unitário e valor total do item, conforme solicitação do sistema.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

- 6.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação da empresa.
- 6.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo **quatro casas decimais** após a vírgula e estarem inclusas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.
- 6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.
- 6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.9. Os preços ofertados deverão obedecer o teto máximo nas aquisições de medicamentos destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, o Preço de Fábrica (PF) ou quando necessário o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG).

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que sejam inexequíveis.
- 7.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.
- 7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.
- 7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **item**.
- 7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.*
- 7.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:
- a) A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
 - b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;
 - c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;
 - d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;
 - e) Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;
 - f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante

classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, o sistema encaminhará mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

7.14.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou equipe de apoio para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

7.14.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante as fases aleatória e fechada .

7.15. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

7.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro negociará condições mais vantajosas.

7.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da documentação exigida em Edital.

7.28. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. O documento de proposta deverá:

- ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.10. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

8.11. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.12. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.13. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.14. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a verificação do eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, tanto em relação à empresa como também em relação ao sócio majoritário, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.15. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.16. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.17. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.18. O (a) Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, podendo solicitar amostras dos materiais aos arrematantes, para realização de testes complementares necessários a verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, através do sistema, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da

convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

8.19. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SESAP/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

- solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração dos valores proposto;
- **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

8.20. **Na hipótese de serem solicitados**, documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada, via chat, com o pregoeiro, respeitando o prazo máximo de 03 dias úteis para cumprimento da solicitação. Endereço para entrega: Secretaria de Estado da Saúde Pública - Unidade Integrada de Licitação - Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730 - 9º andar, CEP: 59025-600 - Natal - RN.

8.21. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, caso não seja possível a verificação, o licitante será desclassificado.

8.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou.

8.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

8.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

8.22.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

8.22.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

8.22.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou

8.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.22.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

8.23. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

8.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.23.2. Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social e Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal (de débitos relativos e à Dívida Ativa da União);

8.23.3. Certificado de Regularidade de Situação - CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

8.23.4. Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante e/ou Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

8.23.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº12. 440 de 07 de julho de 2011.

8.23.7. As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas deverão apresentar toda a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.23.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista **de microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.23.9. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.23.10. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante. Este Item se aplica às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Dec. Estadual 19.938/2007;

8.23.11. Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.23.12. De acordo com a Súmula 289 do TCU, a exigência de índices contábeis de liquidez deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. Logo, no presente certame, a comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será apurada pelo Índice de Liquidez Corrente – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final maior ou igual a 1,0 (hum). (Fórmula de natureza técnica-contábil).

8.23.13. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$
$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

8.23.14. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.23.15. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.23.16. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.23.17. Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência dos índices contábeis, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o limite delineado pelo TCU, são índices padronizados e usuais nas análise contábeis, não restringindo a ampla concorrência.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Conforme termo de referência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5.1. A falta de manifestação imediata do licitante, durante o prazo estabelecido, quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.5.2. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, por meio da Consulta Pública do SEI RN ou através de solicitação formal via e-mail da Unidade Integrada de Licitação.

10.7. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo provedor do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.1.2. Para continuidade de negociações pendentes;

11.1.3. Para realização de diligências.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Ordenador de Despesas, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO CADASTRO DE RESERVAS

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; ou

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços constitui o instrumento de acordo, de natureza obrigacional, pelo qual a Administração registra os preços dos proponentes vencedores do certame licitatório e respectivos produtos, prazos e demais condições de fornecimento, observando o previamente estabelecido no edital e nos anexos.

14.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

14.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado, devidamente comprovado mediante pesquisa mercadológica atualizada.

15. DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

15.1. Após Homologação, o pregoeiro convocará através sistema processual SEI - Sistema Eletrônico de Informações, o adjudicatário para assinar a ata de registro de preços;

15.2. A assinatura da **Ata de Registro de Preços, do termo ou instrumento contratual**, ocorrerá por **via eletrônica** no sistema processual SEI. O representante da empresa vencedora (ou aceita no cadastro de reserva) deverá realizar cadastro para acesso ao sistema processual SEI para fins de assinatura digital, conforme passo a passo disponível no [site](#).

15.3. O prazo para assinatura do documento é de três dias úteis a contar do momento de disponibilização por meio do sistema SEI RN. O prazo poderá ser prorrogado de acordo com necessidade justificada.

16. DA RECUSA EM ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Realizada a convocação do adjudicatário e decorrido o prazo para assinatura da Ata definido neste edital, no caso do licitante convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar a ata de registro de preços, o pregoeiro convocará, se houver, o cadastro reserva e verificará a habilitação do mesmo, formalizando nova ata.

16.2. A recusa injustificada do licitante convocado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade de sua proposta caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

16.3. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, ficará sujeito às sanções administrativas previstas neste edital e demais cominações legais.

17. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Após assinatura da ata, poderá ser formalizado contrato, momento no qual será exigido o mesmo cadastro no SEI RN anteriormente mencionado.

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

18.2. No caso de formalização de contrato:

18.2.1. os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

18.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

18.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DO PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

19.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

19.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

19.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

20. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Conforme termo de referência.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar;

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

21.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

21.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

21.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

21.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

21.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

21.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

21.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

21.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

21.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

21.22.2. pagamento da multa;

21.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

21.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

21.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1. As obrigações da contratada e contratante encontram-se previstas no termo de referência.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A SESAP, na defesa do interesse do serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

23.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito.

23.3. Na **contagem dos prazos** deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

23.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto) - 40582559;

- ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços - 37532711;
- ANEXO III - Modelo de Proposta de preços;
- ANEXO IV - Minuta de Contrato - 40869221;
- ANEXO V - Estudo Técnico Preliminar - 40582525.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	CMED	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/FABRICANTE	DENOMIÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$ _____ VALOR DO ICMS R\$ _____ ALÍQUOTA DO ICMS _____ PREÇO LIQUIDO DO ITEM R\$ _____							

O preço total da presente proposta é de R\$: _____ (_____). (Valor por extenso)

1. Declaramos que a validade desta proposta é de _____ dias a contar da data de sua entrega.
2. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Informamos a conta bancária da empresa:
Banco _____,
Nº da conta: _____,
Agência _____,
Telefone para contato _____
E-mail _____.
4. Estamos de acordo com todas as Cláusulas do edital.

Atenciosamente,

_____/RN, ____ de _____ de 2026.

Assinatura e carimbo
Diretor ou representante legal - RG/CPF

(Esta proposta deverá ser encaminhada em documento timbrado da empresa)

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610998.000292/2025-92

1. OBJETO

1.1. Realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço, na sua forma ELETRÔNICA - tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de acessórios para equipamentos médico-hospitalares (monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores), atendendo as demandas das unidades hospitalares estaduais do Rio Grande do Norte.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de acessórios para equipamentos médico-hospitalares (monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE
1	150317	Braçadeira compatível com monitor EMAI MX600 tamanho adulto	UNIDADE	50
2	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca General Meditech	UNIDADE	50
3	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
4	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
5	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
6	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
7	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
8	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
9	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
10	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
11	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
12	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da Prolife e modelo P10	UNIDADE	50
13	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca General Meditech	UNIDADE	50
14	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
15	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
16	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
17	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
18	456628	Cabo e sensor de SPO2 adulto compatível com monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
19	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor da marca Instramed	UNIDADE	50
20	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
21	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
22	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
23	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Prolife e modelo P10	UNIDADE	50
24	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
Termo de Referência 40582559 SEI 00610998.000292/2025-92 / pg. 14				

25	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
26	456628	Cabo e sensor de SPO2 do monitor General Meditech	UNIDADE	50
27	456628	Cabo e sensor de spo2 tamanho adulto do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
28	456628	Cabo e sensor de spo2 tamanho adulto do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
29	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor General Meditech	UNIDADE	50
30	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor INFINITY DELTA XL	UNIDADE	50
31	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
32	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
33	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
34	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
35	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
36	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
37	não encontrado	Cabo extensor PI (UTAH)/ 2 canais compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
38	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da General Meditech	UNIDADE	50
39	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca EMAI MX600	UNIDADE	50
40	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Instramed	UNIDADE	50
41	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
42	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
43	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
44	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
45	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
46	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
47	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
48	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
49	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
50	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca General Meditech	UNIDADE	50
51	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
52	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
53	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
54	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
55	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
56	436130	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
57	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
58	não encontrado	Cabo tronco e kit rabicho para ECG compatível com monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
59	1982022	Circuito completo para ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto, traquéias corrugadas de silicone autoclavável com conectores, válvula e diafragma da válvula	UNIDADE	50
60	288189	Circuito ventilatório paciente tipo adulto para Ventilador Pulmonar com todos os conectores, y, traqueias	UNIDADE	50
61	288189	Circuito ventilatório paciente tipo adulto para Ventilador Pulmonar Intermed IX5 com todos os conectores, y, traqueias	UNIDADE	50
62	89320	Conector reto, reutilizável, para circuito de ventilação 13m x 15m	UNIDADE	50
63	89320	Conector reto, reutilizável, para circuito de ventilação e anestesia 22m x 22m	UNIDADE	50
64	150686	Diafragma da válvula do ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto	UNIDADE	50
65	150686	Diafragma para válvula exalatória para ventilador pulmonar da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
66	483612	Dispositivo pressurizador transdutor compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
67	347600	Jarra umidificadora para ventilador pulmonar Intermed IX5 para pacientes adulto	UNIDADE	50
68	39144	Mangueira para ar comprimido para ventilador pulmonar com pelo menos 3m	UNIDADE	50
69	não encontrado	Mangueira para oxigênio para ventilador pulmonar com pelo menos 3m	UNIDADE	50
70	464668	Máscara almofadadas para anestesia Nº4 (máscara para VNI)	UNIDADE	50
71	464632	Máscara almofadadas para anestesia Nº5 (máscara para VNI)	UNIDADE	50

72	15496	Máscara facial para ventilação não invasiva adulto	UNIDADE	50
73	446815	Sensor de fluxo para ventilador da marca KTK e modelo CARMEL	UNIDADE	50
74	446815	Sensor de fluxo tipo adulto para ventilador da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
78	150368	Válvula exalatória para ventilador pulmonar da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
76	319857	Válvula para ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto	UNIDADE	50
TOTAL DE ITENS 3.800				

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023](#).

2.3. *O prazo de vigência da contratação é de no máximo 02 (dois), anos contados do(a) a partir da data da publicação da ata de registro de preço no D.O.E., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O presente processo trata da aquisição de acessórios e insumos essenciais para o funcionamento dos equipamentos médico-hospitalares existente nas unidades, principalmente para repor e colocar em funcionamento os equipamentos, tais como: monitores, ventiladores e cardioversores, que estão parados por falta de acessórios e insumos. Tal processo fundamentou-se na grande demanda existente nas unidades hospitalares.

3.2. Tal demanda surgiu devido a aquisição e recebimento de novos equipamento, além do alto índice de usabilidade, tempo existente sem aquisições de novos itens conforme apresentado na tabela (item 2).

3.3. Este processo visa a aquisição de materiais necessários ao funcionamento dos equipamentos utilizados nos hospitais para a assistência ventilatória e monitorização de pacientes. Estes materiais serão essenciais para atender às necessidades de assistência prestada pelas unidades hospitalares estaduais. Dando suporte aos profissionais que atuam no cuidado e tratamento dos pacientes SUS atendidos.

4. JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

4.1. Devido a quantidade de equipamentos existentes em nossas unidades hospitalares e o longo período sem aquisições desses acessórios.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. O objeto deste termo de referência se enquadra em serviços comuns de acordo com o art. 1º da Lei 10.520/2002, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.

6. DA PROPOSTA

6.1. No valor da Proposta deverá estar previsto todos os custos diretos e indiretos pertinentes à formação dos preços do objeto, incluindo despesas com impostos, fretes, seguros, taxas, custos com instalação, treinamento aos usuários, treinamento aos técnicos de manutenção, garantia e demais encargos, não sendo lícita a cobrança posterior de qualquer ônus, ficando a licitante obrigada a fornecer o objeto pelo valor resultante de sua Proposta/Lance.

6.2. A Proposta deverá atender o seguinte:

6.2.1. O preço unitário do objeto do item, bem como o preço total das suas unidades, em moeda corrente nacional.

6.2.2. A marca, o modelo, o prazo de garantia e as especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante exigências do Termo de Referência, bem como o número de registro junto ao Ministério da Saúde (para equipamentos que a legislação vigente exigir);

6.2.3. O prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias;

6.3. Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias do (s) itens(s) ofertado(s). O(s) item (ens) não informado(s) poderá (ão) ser considerado(s) como não atendido(s).

7. GARANTIA RELATIVA A EVENTUAIS DEFEITOS DOS BENS FORNECIDOS

7.1. Por se tratar de itens reutilizáveis a garantia deverá ser de no mínimo 06 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Havendo garantia do fabricante, esta prevalecerá desde que não seja inferior a 06 (seis) meses.

8. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1. O objeto deste termo de referência deverá ser entregue em embalagem que o protejam de arranhões e amassados, e com todos os itens contidos deste termo de referência, sem nenhum ônus para o contratante, no Almoxarifado Central da SESAP, sito à Avenida Capitão Mor Gouveia, S/N - Cidade da Esperança, Natal/RN, dentro do horário comercial.

8.2. O prazo máximo de entrega do objeto desta dispensa de licitação será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da nota de empenho, por meio de quem tenha poderes para tanto, da convocação expressa encaminhada pela CONTRATANTE juntamente com a nota de empenho.

8.3. Até o terceiro dia anterior ao final do prazo estabelecido para a entrega, a CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação do prazo definido neste termo, desde que justifique e comprove suas alegações, cabendo a CONTRATANTE acatar ou não.

8.4. No ato da entrega serão verificadas as especificações técnicas, sendo que não satisfeitas às exigidas neste termo, será devolvido, devendo ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da solicitação de substituição feita pelo fiscal da SESAP, cabendo o ônus do envio e devolução do mesmo, a licitante vencedora.

8.5. A aceitação dos materiais previstos neste termo, se dará mediante avaliação de servidores do Setor de Almoxarifado ou da Unidades beneficiadas, que no ato da entrega constatarão que os itens atendem a todas as especificações contidas neste Termo de Referência;

8.6. Na recusa da aceitação, por não atenderem às exigências, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-los e substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação a ser emitida pela CONTRATANTE, sob pena prevista na legislação vigente;

8.7. Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar sua complementação no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos e contados a partir da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, sob pena de sanções pelo seu descumprimento;

8.8. A CONTRATANTE, terá um prazo de até 30 dias para avaliar a compatibilidade dos itens com os respectivos equipamentos.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização da entrega dos materiais caberá ao Setor de Almoxarifado da Secretaria de Saúde Pública do Estado Rio Grande do Norte, ou fiscal designado para averiguar o material, ou alguém dela proposto seja, a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente, e na especificação do material inclusive quanto a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação em vigor.

9.2. O fornecedor declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, se obrigando a fornecer dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações referentes aos itens solicitados, desde que seja solicitado.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. A empresa vencedora, deverá enviar/apresentar os seguintes documentos:

10.2. Registro do produto na ANVISA/ Ministério da Saúde e sua publicação no DOU. No caso de produtos sujeitos a isenção, comprovar que são isentos de registro;

10.3. Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE da licitante, atualizada, emitido pela ANVISA, quando for o caso;

10.4. Alvará Sanitário da licitante, atualizado, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante;

10.5. Apresentar catálogo ou folder do produto em português ou com tradução do texto para língua portuguesa (QUANDO ESTES FOREM IMPORTADOS);

10.6. Atestado de capacidade técnica de desempenho para fornecimento de itens semelhantes ao objeto deste termo, podendo ser emitido por pessoa jurídico de direito público ou privado;

10.7. Declaração de Co-Responsabilidade, que os acessórios são compatíveis com a marca de referência que pede no edital (CASO ESTES APRESENTEM INCOMPATIBILIDADE COM O REFERIDO EQUIPAMENTO AO QUAL SE DESTINAM, A EMPRESA SERÁ OBRIGADO A REPOR).

11. DA FONTE ORÇAMENTÁRIA

11.1. Conforme Art.7º §2º do Decreto 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

12. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

12.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1.1. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

12.1.2. Receber os materiais, e distribuí-los a toda sua rede estadual de saúde quando assim solicitado;

12.1.3. Verificar minuciosamente se as especificações dos itens recebidos estão de acordo com o descritivo no edital, bem como avaliar a qualidade destes, podendo rejeitá-los mediante justificativa;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;

12.1.5. Atestar o recebimento dos itens entregues (atesto realizado pelo responsável do Setor de Patrimônio desta Secretaria de Saúde Pública);

12.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.2.1. Fazer um minucioso exame das especificações do material antes da entrega;

12.2.2. Responder a todas as dúvidas que por ventura sejam encontradas pela CONTRATANTE;

- 12.2.3. Arcar com o pagamento de todas as despesas decorrente do objeto contratual até o local de entrega, inclusive com a descarga;
- 12.2.4. Todo transporte a ser executado em função da prestação dos serviços e reposições de itens será única e total responsabilidade da contratada, correndo por sua conta e risco, inclusive frete, embalagens, cargas e descargas, zelando pela boa e perfeito estados dos mesmos no ato da entrega;
- 12.2.5. Caso a CONTRATADA se recuse a cumprir as solicitações de imediato, esta assumirá todas as responsabilidades advindas da omissão;
- 12.2.6. Comprovar a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado;
- 12.2.7. Responsabilizar-se pela procedência e qualidade da entrega dos materiais;
- 12.2.8. Responsabilizar-se, pela idoneidade e comportamento dos seus funcionários, prepostos e subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos causados por acidentes de trabalho (hora da entrega) à funcionários da CONTRATANTE ou a terceiros;
- 12.2.9. Apresentar atestado de qualificação técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a fornecedora exercido satisfatoriamente os serviços com os objetos pertinentes e compatíveis com a licitação;
- 12.2.10. Atender as determinações da fiscalização da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte, e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à entrega dos materiais;
- 12.2.11. Manter entendimento com a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte, objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos itens;
- 12.2.12. A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo de referência;
- 12.2.13. No caso de acessórios ou insumos não originais, enviar amostras antes da entrega total do pedido solicitado para que sejam testados nas unidades hospitalares;
- 12.2.14. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, obrigações assumidas pela CONTRATADA no âmbito deste instrumento, salvo autorização prévia, formal e específica da CONTRATANTE.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será realizado pela SESAP, através de crédito em conta por ordem bancária, na agência bancária e conta corrente, indicados pela CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos, e observadas as seguintes condições:
- 13.2. É concedido um prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante os órgãos controladores, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste termo;
- 13.3. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste termo e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, será paga diretamente em sua conta corrente, no prazo de até 30 Trinta) dias, contados da data do atesto de conformidade da nota fiscal;
- 13.4. Na Nota Fiscal/ Fatura deverá conter obrigatoriamente o número da conta corrente e a agência bancária.
- 13.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 13.6. Caso a Licitante não seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições - SIMPLES, serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas, conforme Instrução Normativa SRF nº 306/2003;
- 13.7. A Nota Fiscal deverá ser preenchida com dados do Órgão CONTRATANTE, conforme descrito na Nota de Empenho ou instrumento correspondente;
- 13.8. A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida com as especificações, valor e o número de empenho, de modo idêntico àquelas constantes da Nota de Empenho, correspondente às indicadas no Edital e proposta do fornecedor;
- 13.9. No caso de incorreção da Nota Fiscal, será a mesma devolvida á CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar o prazo a partir da data de sua representação e consequente aprovação pela comissão/servidor recebedor;
- 13.10. A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SIAFI (via "ON LINE") devendo ao contratado estar com sua documentação obrigatória e/ ou válidas;
- 13.11. No caso do acessório não corresponder às condições estabelecidas; o mesmo será devolvido ao contratado, sendo que a contagem do prazo iniciar-se-á somente após a regularização do problema;
- 13.12. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto estiver pendente de liquidação, qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14. DA ACEITAÇÃO DO PRODUTO

- 14.1. A aceitação dos materiais previstos neste termo, se dará mediante avaliação de servidores do Setor de Almozarifado/Patrimônio ou da Unidade beneficiada, ou fiscal indicado, que no ato da entrega constatarão que os itens atendem a todas as especificações contidas neste Termo de Referência;

14.2. Na recusa da aceitação, por não atenderem às exigências, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-los e substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação a ser emitida pela CONTRATANTE, sob pena prevista na legislação vigente;

14.3. Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar sua complementação no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos e contados a partir da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, sob pena de sanções pelo seu descumprimento;

14.4. A CONTRATANTE, terá um prazo de até 05 (cinco) dias para avaliar a compatibilidade dos itens com os respectivos equipamentos.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário/contratado que: não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.1. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não mantiver a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.8. Inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas e, decorrência da contratação;

15.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.4. O licitante/adjudicatário/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, que conforme situação poderão ser aplicadas concomitantemente:

15.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

15.4.2. Multa moratória de 0,34% (zero vírgula trinta e quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias; configurando inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença caso a Administração julgue conveniente;

15.4.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.4.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.4.5. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

15.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.10. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela SESAP/RN.

15.11. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

15.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.13. A aplicação das penalidades previstas é de competência exclusiva do Secretário da SESAP/RN.

15.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

16.1. Todos os materiais deverão estar acondicionados em embalagens originais e sem sinais de violação, acompanhados de manuais originais;

16.2. Os materiais deverão ser entregues rigorosamente obedecendo às especificações descritas no edital, sendo que a inobservância desta condição implicará na recusa dos itens pela CONTRATANTE, bem como na aplicação das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

16.3. Os participantes deverão comprovar através de carta de garantia de fornecimento concedida pelo fabricante, que o produto atende as especificações e são compatíveis com os equipamentos médicos ao qual se destina os circuitos e acessórios.

16.4. Condições de Entrega

16.5. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta), dias contados após o recebimento do empenho, em remessa única.

16.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

16.7. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço (Av. Capitão-Mor Gouveia, 880 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100), respeitando o horário de funcionamento, 07h às 15h, em dias úteis (segunda a sexta)

16.8. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

16.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

16.10. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.11. Decorrido o prazo para reparos ou substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.12. O custo referente ao transporte dos insumos (circuitos, acessórios, etc.) cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

16.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento. As comunicações entre a **Contratante** e a **Contratada** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.3. Do gestor de contrato

17.4. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47):

17.5. analisar a documentação que antecede o pagamento;

17.6. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

17.7. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

17.8. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

17.9. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

17.10. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

17.11. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

- 17.12. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 17.13. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 17.14. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 17.15. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 17.16. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.
- 17.17. **Do fiscal de contrato**
- 17.18. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **comissão de recebimento**, ou pelos respectivos substitutos (PORTARIA-SEI Nº 2569, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021), tendo em vista ser objeto de aquisição única.
- 17.19. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
- 17.20. marca;
- 17.21. qualidade;
- 17.22. forma de uso.
- 17.23. O recebimento provisório ficará a cargo da **comissão de recebimento** e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/21, em razão do serviço contratado não ser um serviço de grande vulto, que envolva alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis. Neste sentido, justifica-se a ausência da referida garantia.

19. DO REAJUSTE DE PREÇO

19.1. Por se tratar de um Registro de Preço para aquisição de acessórios para equipamentos médico-hospitalares (monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores), não haverá reajuste durante a vigência contratual.

20. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CICLO DE VIDA)O

- 20.1. A solução contempla o fornecimento contínuo de acessórios médico-hospitalares, considerando todo o ciclo de vida do objeto:
- 20.2. **Fases do ciclo:**
- 20.3. **Aquisição:** seleção de fornecedores qualificados e produtos compatíveis;
- 20.4. **Entrega:** logística adequada, com proteção contra danos;
- 20.5. **Recebimento e validação:** testes de compatibilidade e conformidade técnica;
- 20.6. **Utilização:** uso nos equipamentos hospitalares para assistência aos pacientes;
- 20.7. **Manutenção:** substituição em caso de falha ou desgaste;
- 20.8. **Garantia:** cobertura mínima de 6 meses;
- 20.9. **Descarte:** substituição ao final da vida útil conforme normas sanitárias.
- 20.10. A solução garante:
- 20.11. Continuidade dos serviços hospitalares;
- 20.12. Redução de equipamentos inoperantes;
- 20.13. Segurança assistencial ao paciente.

21. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 21.1. A execução do objeto deverá ocorrer da seguinte forma:
- 21.2. **Início:**
- 21.3. Após emissão da Nota de Empenho;
- 21.4. Convocação formal da contratada.
- 21.5. **Execução:**
- 21.6. Entrega em remessa única ou conforme demanda;
- 21.7. Prazo máximo: 30 dias corridos;

- 21.8. Local: Almoxarifado Central da SESAP/RN.
- 21.9. **Controle:**
- 21.10. Fiscalização técnica e administrativa;
- 21.11. Testes de compatibilidade dos itens;
- 21.12. Registro de não conformidades.
- 21.13. **Encerramento:**
- 21.14. Após entrega total e aceitação definitiva;
- 21.15. Cumprimento das obrigações contratuais;
- 21.16. Finalização com relatório do gestor do contrato.

22. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 22.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante:
- 22.2. **Modalidade:**
- 22.3. Pregão Eletrônico para Registro de Preços.
- 22.4. **Critério de julgamento:**
- 22.5. Menor preço por item.
- 22.6. **Requisitos de habilitação:**
- 22.7. Regularidade fiscal e trabalhista;
- 22.8. Qualificação técnica comprovada;
- 22.9. Registro ou isenção na ANVISA;
- 22.10. AFE (quando aplicável);
- 22.11. Alvará sanitário;
- 22.12. Atestado de capacidade técnica;
- 22.13. Catálogo técnico dos produtos em português;
- 22.14. Declaração de compatibilidade.
- 22.15. **Critérios adicionais:**
- 22.16. Conformidade com especificações técnicas;
- 22.17. Garantia mínima exigida;
- 22.18. Atendimento integral ao Termo de Referência.

23. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 23.1. A estimativa do valor da contratação foi baseada em levantamento de preços unitários referenciais, considerando os quantitativos descritos.
- 23.2. **Estrutura da estimativa:**
- 23.3. Preço unitário referencial por item;
- 23.4. Quantidade prevista por item;
- 23.5. Valor total estimado por item;
- 23.6. Valor global estimado da contratação.
- 23.7. **Memória de cálculo:**
- 23.8. Valor total por item = Preço unitário × Quantidade
Valor global = Soma de todos os itens
- 23.9. **Parâmetros utilizados:**
- 23.10. Média de preços de mercado;
- 23.11. Contratações públicas similares;
- 23.12. Atualização monetária dos valores.
- 23.13. **Documentação de suporte:**
- 23.14. Planilhas de pesquisa de preços;
- 23.15. Relatórios de mercado;
- 23.16. Cotações formais;
- 23.17. Banco de dados oficiais.
- 23.18. **Importante:**
- 23.19. Todos os documentos que fundamentam a estimativa encontram-se anexados em processo administrativo próprio, com classificação adequada conforme a legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **JOSENILDO DA SILVA PAZ, Administrador**, em 09/04/2026, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE SOUZA MARINHO, Técnico Administrativo em Saúde**, em 09/04/2026, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE PERICLES FARIAS DA ROCHA, Subcoordenador de Patrimônio e Infraestrutura**, em 09/04/2026, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **WINAYARA THAYANE DOS SANTOS SILVA, Coordenador(a) de Administração e Infraestrutura em Substituição Legal**, em 10/04/2026, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MOTTA CAMARA, Secretário de Estado da Saúde Pública**, em 10/04/2026, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40582559** e o código CRC **2581B61E**.

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00610998.000292/2025-92

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE CELEBRA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA _____.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** – Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por seu titular, Dr. Alexandre Motta Câmara, CPF nº 538.596.694-00, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), decreto 32.449/23 e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Aquisição de acessórios para equipamentos médico-hospitalares (monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores), atendendo as demandas das unidades hospitalares estaduais do Rio Grande do Norte

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE
1	150317	Braçadeira compatível com monitor EMI MX600 tamanho adulto	UNIDADE	50
2	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca General Meditech	UNIDADE	50
3	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
4	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
5	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
6	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
7	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
8	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
9	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
10	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
11	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
12	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da Prolife e modelo P10	UNIDADE	50
13	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca General Meditech	UNIDADE	50
14	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
15	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
16	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
Minuta de Contrato 40869221 SEI 00610998.000292/2025-92 /pg. 24				

17	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
18	456628	Cabo e sensor de SPO2 adulto compatível com monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
19	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor da marca Instramed	UNIDADE	50
20	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
21	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
22	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
23	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Prolife e modelo P10	UNIDADE	50
24	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
25	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
26	456628	Cabo e sensor de SPO2 do monitor General Meditech	UNIDADE	50
27	456628	Cabo e sensor de spo2 tamanho adulto do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
28	456628	Cabo e sensor de spo2 tamanho adulto do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
29	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor General Meditech	UNIDADE	50
30	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor INFINITY DELTA XL	UNIDADE	50
31	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
32	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
33	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
34	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
35	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
36	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
37	não encontrado	Cabo extensor PI (UTAH)/ 2 canais compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
38	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da General Meditech	UNIDADE	50
39	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca EMAI MX600	UNIDADE	50
40	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Instramed	UNIDADE	50
41	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
42	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
43	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
44	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
45	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
46	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
47	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
48	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
49	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
50	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca General Meditech	UNIDADE	50
51	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
52	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	50
53	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
54	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
55	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
56	436130	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	50
57	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50

58	não encontrado	Cabo tronco e kit rabicho para ECG compatível com monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
59	1982022	Circuito completo para ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto, traquéias corrugadas de silicone autoclavável com conectores, válvula e diafragma da válvula	UNIDADE	50
60	288189	Circuito ventilatório paciente tipo adulto para Ventilador Pulmonar com todos os conectores, y, traqueias	UNIDADE	50
61	288189	Circuito ventilatório paciente tipo adulto para Ventilador Pulmonar Intermed IX5 com todos os conectores, y, traqueias	UNIDADE	50
62	89320	Conector reto, reutilizável, para circuito de ventilação 13m x 15m	UNIDADE	50
63	89320	Conector reto, reutilizável, para circuito de ventilação e anestesia 22m x 22m	UNIDADE	50
64	150686	Diafragma da válvula do ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto	UNIDADE	50
65	150686	Diafragma para válvula exalatória para ventilador pulmonar da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
66	483612	Dispositivo pressurizador transdutor compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	50
67	347600	Jarra umidificadora para ventilador pulmonar Intermed IX5 para pacientes adulto	UNIDADE	50
68	39144	Mangueira para ar comprimido para ventilador pulmonar com pelo menos 3m	UNIDADE	50
69	não encontrado	Mangueira para oxigênio para ventilador pulmonar com pelo menos 3m	UNIDADE	50
70	464668	Máscara almofadadas para anestesia Nº4 (máscara para VNI)	UNIDADE	50
71	464632	Máscara almofadadas para anestesia Nº5 (máscara para VNI)	UNIDADE	50
72	15496	Máscara facial para ventilação não invasiva adulto	UNIDADE	50
73	446815	Sensor de fluxo para ventilador da marca KTK e modelo CARMEL	UNIDADE	50
74	446815	Sensor de fluxo tipo adulto para ventilador da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
78	150368	Válvula exalatória para ventilador pulmonar da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
76	319857	Válvula para ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto	UNIDADE	50
TOTAL DE ITENS 3.800				

1.2. Integram este Contrato, independente de sua transcrição, Termo de Referência, o Edital de Licitação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em ____/____/____ e adjudicação do Certame Licitatório - **Pregão Eletrônico - Ata de Registro de Preços nº ____/____** - Processo nº 00610998.000292/2025-92.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto deste termo de referência deverá ser entregue em embalagem que o protejam de arranhões e amassados, e com todos os itens contidos deste termo de referência, sem nenhum ônus para o contratante, no Almoxarifado Central da SESAP, sito à Avenida Capitão Mor Gouveia, S/N - Cidade da Esperança, Natal/RN, dentro do horário comercial.

4.2. O prazo máximo de entrega do objeto desta dispensa de licitação será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da nota de empenho, por meio de quem tenha poderes para tanto, da convocação expressa encaminhada pela CONTRATANTE juntamente com a nota de empenho.

4.3. Até o terceiro dia anterior ao final do prazo estabelecido para a entrega, a CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação do prazo definido neste termo, desde que justifique e comprove suas alegações, cabendo a CONTRATANTE acatar ou não.

4.4. No ato da entrega serão verificadas as especificações técnicas, sendo que não satisfeitas às exigidas neste termo, será devolvido, devendo ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da solicitação de substituição feita pelo fiscal da SESAP, cabendo o ônus do envio e devolução do mesmo, a licitante vencedora.

4.5. A aceitação dos materiais previstos neste termo, se dará mediante avaliação de servidores do Setor de Almoxarifado ou da Unidades beneficiadas, que no ato da entrega constatarão que os itens atendem a todas as

especificações contidas neste Termo de Referência;

4.6. Na recusa da aceitação, por não atenderem às exigências, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-los e substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação a ser emitida pela CONTRATANTE, sob pena prevista na legislação vigente;

4.7. Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar sua complementação no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos e contados a partir da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, sob pena de sanções pelo seu descumprimento;

4.8. A CONTRATANTE, terá um prazo de até 30 dias para avaliar a compatibilidade dos itens com os respectivos equipamentos.

4.9. Todos os materiais deverão estar acondicionados em embalagens originais e sem sinais de violação, acompanhados de manuais originais;

4.10. Os materiais deverão ser entregues rigorosamente obedecendo às especificações descritas no edital, sendo que a inobservância desta condição implicará na recusa dos itens pela CONTRATANTE, bem como na aplicação das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

4.11. Os participantes deverão comprovar através de carta de garantia de fornecimento concedida pelo fabricante, que o produto atende as especificações e são compatíveis com os equipamentos médicos ao qual se destina os circuitos e acessórios.

4.12. **Condições de Entrega**

4.13. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta), dias contados após o recebimento do empenho, em remessa única.

4.14. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.15. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço (Av. Capitão-Mor Gouveia, 880 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100), respeitando o horário de funcionamento, 07h às 15h. em dias úteis (segunda a sexta)

4.16. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

4.17. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

4.18. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.19. Decorrido o prazo para reparos ou substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.20. O custo referente ao transporte dos insumos (circuitos, acessórios, etc.) cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

4.21. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento. As comunicações entre a **Contratante** e a **Contratada** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. **Do gestor de contrato**

5.4. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47):

5.5. analisar a documentação que antecede o pagamento;

5.6. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

5.7. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

5.8. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

5.9. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

5.10. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

5.11. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

5.12. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e fiscais emitidos pela Contratada;

- 5.13. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 5.14. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e a formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 5.15. elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso V do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 5.16. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.
- 5.17. **Do fiscal de contrato**
- 5.18. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **comissão de recebimento**, ou pelos respectivos substitutos (PORTARIA-SEI Nº 25.89, DE 05 SETEMBRO DE 2021), tendo em vista ser objeto de aquisição única.
- 5.19. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
- 5.20. marca;
- 5.21. qualidade;
- 5.22. forma de uso.
- 5.23. O recebimento provisório ficará a cargo da **comissão de recebimento** e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

6. **CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR**

- 7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).
- 7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8. **CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será realizado pela SESAP, através de crédito em conta por ordem bancária, na agência bancária e conta corrente, indicados pela CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos, e observadas as seguintes condições:
- 8.2. É concedido um prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante os órgãos controladores, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste termo;
- 8.3. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste termo e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, será paga diretamente em sua conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto de conformidade da nota fiscal;
- 8.4. Na Nota Fiscal/ Fatura deverá conter obrigatoriamente o número da conta corrente e a agência bancária.
- 8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 8.6. Caso a Licitante não seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições - SIMPLES, serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas, conforme Instrução Normativa SRF nº 306/2003;
- 8.7. A Nota Fiscal deverá ser preenchida com dados do Órgão CONTRATANTE, conforme descrito na Nota de Empenho ou instrumento correspondente;
- 8.8. A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida com as especificações, valor e o número de empenho, de modo idêntico às constantes da Nota de Empenho, correspondente às indicadas no Edital e proposta do fornecedor;
- 8.9. No caso de incorreção da Nota Fiscal, será a mesma devolvida à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar o prazo a partir da data de sua representação e consequente aprovação pela comissão/servidor recebedor;
- 8.10. A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SIAFI (via "ON LINE") devendo ao contratado estar com sua documentação obrigatória e/ ou válidas;
- 8.11. No caso do acessório não corresponder às condições estabelecidas; o mesmo será devolvido ao contratado, sendo que a contagem do prazo iniciar-se-á somente após a regularização do problema;
- 8.12. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto estiver pendente de liquidação, qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9. CLÁUSULA NONA - REAJUSTE

9.1. Por se tratar de um Registro de Preço para aquisição de acessórios para equipamentos médico-hospitalares (monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores), não haverá reajuste durante a vigência contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.0.1. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 10.0.2. Receber os materiais, e distribuí-los a toda sua rede estadual de saúde quando assim solicitado;
- 10.0.3. Verificar minuciosamente se as especificações dos itens recebidos estão de acordo com o descritivo no edital, bem como avaliar a qualidade destes, podendo rejeitá-los mediante justificativa;
- 10.0.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;
- 10.0.5. Atestar o recebimento dos itens entregues (atesto realizado pelo responsável do Setor de Patrimônio desta Secretaria de Saúde Pública);

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.0.1. Fazer um minucioso exame das especificações do material antes da entrega;
- 11.0.2. Responder a todas as dúvidas que por ventura sejam encontradas pela CONTRATANTE;
- 11.0.3. Arcar com o pagamento de todas as despesas decorrente do objeto contratual até o local de entrega, inclusive com a descarga;
- 11.0.4. Todo transporte a ser executado em função da prestação dos serviços e reposições de itens será única e total responsabilidade da contratada, correndo por sua conta e risco, inclusive frete, embalagens, cargas e descargas, zelando pela boa e perfeito estados dos mesmos no ato da entrega;
- 11.0.5. Caso a CONTRATADA se recuse a cumprir as solicitações de imediato, esta assumirá todas as responsabilidades advindas da omissão;
- 11.0.6. Comprovar a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado;
- 11.0.7. Responsabilizar-se pela procedência e qualidade da entrega dos materiais;
- 11.0.8. Responsabilizar-se, pela idoneidade e comportamento dos seus funcionários, prepostos e subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos causados por acidentes de trabalho (hora da entrega) à funcionários da CONTRATANTE ou a terceiros;
- 11.0.9. Apresentar atestado de qualificação técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a fornecedora exercido satisfatoriamente os serviços com os objetos pertinentes e compatíveis com a licitação;
- 11.0.10. Atender as determinações da fiscalização da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte, e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à entrega dos materiais;
- 11.0.11. Manter entendimento com a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte, objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos itens;
- 11.0.12. A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo de referência;
- 11.0.13. No caso de acessórios ou insumos não originais, enviar amostras antes da entrega total do pedido solicitado para que sejam testados nas unidades hospitalares;
- 11.0.14. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, obrigações assumidas pela CONTRATADA no âmbito deste instrumento, salvo autorização prévia, formal e específica da CONTRATANTE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/21, em razão do serviço contratado não ser um serviço de grande vulto, que envolva alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis. Neste sentido, justifica-se a ausência da referida garantia.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário/contratado que: não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 13.1.1. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 13.1.2. Apresentar documentação falsa;
 - 13.1.3. Seixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 13.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 13.1.5. Não mantiver a proposta;

- 13.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.8. Inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas e, decorrência da contratação;
- 13.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 13.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 13.4. O licitante/adjudicatário/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, que conforme situação poderão ser aplicadas concomitantemente:
- 13.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 13.4.2. Multa moratória de 0,34% (zero vírgula trinta e quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias; configurando inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença caso a Administração julgue conveniente;
- 13.4.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.4.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.4.5. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 13.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.10. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela SESAP/RN.
- 13.11. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
- 13.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.13. A aplicação das penalidades previstas é de competência exclusiva do Secretário da SESAP/RN.
- 13.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.
- 14.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.3. A extinção do contrato poderá ser:
- 14.3.1. I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 14.3.2. II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de

disputas, desde que haja interesse da Administração;

14.3.3. III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

14.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

14.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade:

15.1.2. Fonte de Recursos:

15.1.3. Programa de Trabalho:

15.1.4. Elemento de Despesa:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)
Alexandre Motta Câmara
Secretário de Estado da Saúde Pública do RN

(assinado eletronicamente)

Pela Contratada



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUCAS TEIXEIRA DE ARAUJO**, Assistente Técnico em Saúde, em 23/04/2026, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40869221** e o código CRC **1B18CF12**.

Referência: Processo nº 00610998.000292/2025-92

SEI nº 40869221

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 00610998.000292/2025-92

O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, com sede à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730, Cidade Alta, Natal (RN), inscrito(a) no CNPJ 08.241.754/0001-45, neste ato representada pelo Secretário ALEXANDRE MOTTA CÂMARA, inscrita no CPF 538.596.694-00, nomeado por Ato da Governadora *Maria de Fátima Bezerra*, considerando o resultado da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, resolve registrar os preços das empresas, indicadas e qualificadas nesta Ata, de acordo com a qualificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 32.449/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço, na sua forma ELETRÔNICA – tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de acessórios para equipamentos médico-hospitalares (monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores), atendendo as demandas das unidades hospitalares estaduais do Rio Grande do Norte

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	CMED	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	DENOMINAÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX

2.1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Estado da Saúde Pública.

3.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais como: justificativa técnica fundamentada demonstrando o fato extraordinário e seu impacto, listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição atuais e da época da proposta, índices oficiais ou setoriais que evidenciem variação anormal, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

3.4. A ausência da documentação mínima exigida no item anterior impedirá a abertura do processo de realinhamento, ensejando o arquivamento liminar do pedido.

3.5. A assinatura da presente Ata de Registro de Preços implica compromisso do fornecedor com a manutenção dos preços registrados pelo prazo de vigência, assumindo os riscos ordinários do mercado, incluindo eventuais flutuações sazonais previsíveis no custo dos insumos.

4. CLÁUSULA QUARTA - TROCA DE MARCA

4.1. É admitida, em caráter excepcional e justificado, a substituição da marca do produto registrado na Ata de Registro de Preços, desde que mantidas integralmente as especificações técnicas, qualidade, desempenho e demais condições originalmente pactuadas.

4.2. A troca de marca não será autorizada por motivos de conveniência comercial, variação cambial, aumento de preços, sazonalidade ou qualquer outra oscilação previsível do mercado, conforme já disposto na cláusula de realinhamento de preços. A responsabilidade por tais riscos permanece integralmente com a fornecedora, em consonância com o compromisso assumido ao firmar a ata.

4.3. A solicitação de troca de marca deverá ser formalizada pela fornecedora mediante requerimento dirigido ao gerenciador, instruído obrigatoriamente com:

I - Justificativa técnica circunstanciada demonstrando o motivo da solicitação, com destaque para a inviabilidade de fornecimento da marca originalmente registrada, seja por descontinuidade de fabricação, impossibilidade de aquisição no mercado ou força maior;

II - Laudo técnico, catálogo ou ficha técnica da nova marca proposta, comprovando sua equivalência ou superioridade em relação ao produto originalmente registrado, quanto a especificações, qualidade e desempenho;

III - Declaração expressa de que o valor unitário do item não será majorado em razão da substituição proposta;

IV - Documentos que demonstrem que a substituição não causará prejuízo à Administração e que será mantida a vantajosidade da contratação, em atenção ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A análise da solicitação caberá à equipe técnica responsável e seguirá fluxo interno pré-definido.

4.5. Somente após a aprovação formal da solicitação pela autoridade competente, a fornecedora estará autorizada a efetuar a substituição da marca. O fornecimento de produto divergente da marca registrada sem autorização expressa da Administração ensejará a aplicação de penalidades, conforme previsto na legislação vigente.

4.6. O deferimento da troca de marca não altera as condições da Ata, permanecendo integralmente válidas as cláusulas relativas a prazos, obrigações, penalidades e demais disposições contratuais.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período com renovação dos quantitativos, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. De acordo com o art. 178, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, o prazo de vigência será contado a partir da publicação do extrato da Ata no PNCP e Portal de Compras do Estado do Rio Grande do Norte.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na Ata, mediante demonstração suficiente;

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas;

V - em razão de substancial alteração das condições de mercado.

7.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo de cancelamento, será formalizado por despacho da Secretaria de Estado de Saúde Pública.

7.3. A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades previstas na esta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

7.4. A cláusula anterior não se confunde com a possibilidade de que o contratado tenha direito à extinção do contrato em casos de atraso ou repetidas suspensões, previstas no art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

7.5. A fornecedora não poderá recusar, suspender ou condicionar o fornecimento dos itens registrados nesta Ata sob a justificativa de inadimplência ou pendência de pagamento relacionada a outras Atas de Registro de Preços, contratos ou empenhos firmados com o mesmo órgão ou com quaisquer outros entes da Administração Pública. Caso

a fornecedora entenda haver pendência financeira em outro instrumento contratual, poderá adotar os meios legais e administrativos cabíveis para sua resolução, sem prejuízo da integral execução das obrigações assumidas nesta ata.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA NOTA DE EMPENHO E DO POSSÍVEL CONTRATO

8.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através do envio da Nota de Empenho pela FORNECEDORA. Como também poderá ser formalizado contrato, conforme minuta acostada ao instrumento convocatório.

8.2. A FORNECEDORA será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

9. CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

9.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem manifestar seu interesse junto à Secretaria de Estado de Saúde Pública.

9.3. O pedido de adesão deve ser formalizado por meio do PNCP e o contato com o setor responsável pelo gerenciamento deve ser feito via e-mail (epa.sesaprn@gmail.com).

9.4. Caberá à FORNECEDORA beneficiada da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

9.5. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

9.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

9.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

9.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

10.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

10.3. A fornecedora obriga-se a manter atualizados todos os seus dados de contato, incluindo endereço eletrônico, telefone, nome e e-mail de responsáveis comerciais e técnicos, durante toda a vigência da Ata.

10.4. Via de regra, a fornecedora declara, de forma expressa e irrevogável, que manterá os preços registrados inalterados durante toda a vigência da Ata, conforme pactuado no processo licitatório, assumindo integralmente os riscos ordinários de mercado, salvo nas hipóteses excepcionais previstas. Ficam ressalvadas as situações previstas na cláusula terceira.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Natal (RN), como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente Ata:

ALEXANDRE MOTTA CÂMARA

Secretário de Estado de Saúde Pública

Pregoeiro (a)

FORNECEDOR

FORNECEDOR	XXXXXX
CNPJ	XXXXXX
ENDEREÇO	XXXXXX
TELEFONE	XXXXXX
DADOS BANCÁRIOS	XXXXXX
E-MAIL	XXXXXX

CONTATOS ÚTEIS

E-mail da Equipe de Procedimentos Auxiliares: epa.sesaprn@gmail.com

E-mail do Gabinete da SESAP: gs.sesap@gmail.com

E-mail do FES/RN: fesrnsesap@gmail.com



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA MIRANDA BEZERRIL, Assistente Técnico Administrativo**, em 10/11/2025, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37532711** e o código CRC **3D135FDE**.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00610998.000292/2025-92

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objeto a aquisição de insumos e acessórios, para equipar os monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores através de processo de formação de registro de preços, para as Unidades desta Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESAP) do Estado do Rio Grande do Norte. Tais Aquisições estão previstas conforme Plano de contratação anual: **Id pca PNCP: 08241754000145-0-000001/2025; PCA 2025 - 925550 - ERN - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de insumos e acessórios para equipar os monitores, ventiladores, aparelhos de anestesia e cardioversores que dão suporte a vida, existentes nas unidades da SESAP/RN. São essenciais para essas unidades e representa uma ação estratégica e indispensável para o fortalecimento da rede pública de saúde no estado do Rio Grande do Norte. Em um cenário marcado por desigualdades no acesso aos serviços de tratamento oferecido nas unidades de saúde do RN, sobretudo em regiões remotas e de difícil deslocamento, constitui não apenas uma inovação, mas uma medida urgente e necessária para garantir atendimento digno, ágil e resolutivo à população potiguar.

2.2. A aquisição desses insumos e acessórios, é de fundamental importância para a melhoria da qualidade da assistência prestada aos pacientes, especialmente em ambientes de alta complexidade como centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva e serviços de urgência.

3. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Três mil e dez unidades (conforme planilha).

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ORÇAMENTO ESTIMADO E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

4.1. Metodologia de Estimativa de Custos atendido no ID: 40313666.

4.1.1. A estimativa do quantitativo da contratação foi realizada com base nos seguintes parâmetros:

4.1.2. Consulta a contratações anteriores realizadas há mais de três anos para suprir as necessidades existentes a grande demanda existente nas unidades hospitalares da rede SESAP.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.		
1	150317	Braçadeira compatível com monitor EMI MX600 tamanho adulto	UNIDADE	30
2	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da General Meditech	UNIDADE	30
3	456628	Cabo e sensor de SPO2 do monitor General Meditech	UNIDADE	30
4	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor General Meditech	UNIDADE	30
5	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca General Meditech	UNIDADE	30
6	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca General Meditech	UNIDADE	30
7	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca General Meditech	UNIDADE	30
8	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Lifemed e modelo M12	UNIDADE	30
9	não encontrado	Cabo extensor PI (UTAH)/ 2 canais compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	30
10	483612	Dispositivo pressurizador transdutor compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	30
11	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	30
12	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	30
13	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Lifemed e modelo M12	UNIDADE	30
14	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	30
15	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	30
16	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	30
17	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	30
18	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	30
19	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Mindray e modelo IMEC10	UNIDADE	30
20	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
21	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
22	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C120	UNIDADE	50
23	446815	Sensor de fluxo para ventilador da marca KTK e modelo CARMEI	UNIDADE	30
24	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
25	456628	Cabo e sensor de spo2 tamanho adulto do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
26	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
27	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-8	UNIDADE	50
28	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
29	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
30	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
31	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
32	456628	Cabo e sensor de spo2 tamanho adulto do monitor SAMTRONIC e modelo AMU-5	UNIDADE	50
33	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da Prolife e modelo P10	UNIDADE	50
34	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Prolife e modelo P10	UNIDADE	50
35	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
36	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
37	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
38	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
39	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Prolife e modelo Pro 12	UNIDADE	50
40	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
41	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
42	456628	Cabo e sensor de SPO2 adulto compatível com monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
43	não encontrado	Cabo tronco e kit rabicho para ECG compatível com monitor da marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
44	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor marca Prolife e modelo C80	UNIDADE	50
45	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor INFINITY DELTA XL	UNIDADE	30
46	288189	Circuito ventilatório paciente tipo adulto para Ventilador Pulmonar com todos os conectores, y, traqueias	UNIDADE	50
47	288189	Circuito ventilatório paciente tipo adulto para Ventilador Pulmonar Intermed IX5 com todos os conectores, y, traqueias	UNIDADE	50
48	288189	Circuito ventilatório paciente tipo adulto para Ventilador Pulmonar Intermed IX5 com todos os conectores, y, traqueias	UNIDADE	50
49	446815	Sensor de fluxo tipo adulto para ventilador da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
50	150368	Válvula exalatória para ventilador pulmonar da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
51	150686	Diafragma para válvula exalatória para ventilador pulmonar da marca Intermed e modelo IX5	UNIDADE	50
52	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor World Life e modelo WL50	UNIDADE	30
53	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor World Life e modelo WL50	UNIDADE	30
54	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	30
55	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	30
56	436130	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	30
57	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca World Life e modelo WL50	UNIDADE	30
58	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
59	445900	Cabo e sensor de temperatura do monitor Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50

60	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
61	150317	Braçadeira tamanho adulto compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
62	279661	Cabo tronco e kit rabicho de ECG 5 vias compatível com monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
63	150317	Braçadeira tamanho obeso compatível com o monitor da marca Omnimed e modelo Omni 610 e 612	UNIDADE	50
64	89320	Conector reto, reutilizável, para circuito de ventilação e anestesia 22m x 22m	UNIDADE	80
65	89320	Conector reto, reutilizável, para circuito de ventilação 13m x 15m	UNIDADE	80
66	89320	Conector reto, reutilizável, para circuito de ventilação e anestesia 22m x 22m	UNIDADE	80
67	1982022	Circuito completo para ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto, traquéias corrugadas de silicone autoclavável com conectores, válvula e diafragma da válvula	UNIDADE	30
68	319857	Válvula para ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto	UNIDADE	30
69	150686	Diafragma da válvula do ventilador pulmonar de transporte KTK, TAKAOKA MICROTAK, tamanho adulto	UNIDADE	30
70	464668	Máscara almofadadas para anestesia N°4 (máscara para VNI)	UNIDADE	20
71	464632	Máscara almofadadas para anestesia N°5 (máscara para VNI)	UNIDADE	20
72	15496	Máscara facial para ventilação não invasiva adulto	UNIDADE	30
73	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Instramed	UNIDADE	30
74	456628	Cabo e sensor de SPO2 compatível com monitor da marca Instramed	UNIDADE	20
75	39144	Mangueira para ar comprimido para ventilador pulmonar com pelo menos 3m	UNIDADE	20
76	não encontrado	Mangueira para oxigênio para ventilador pulmonar com pelo menos 3m	UNIDADE	20
77	347600	Jarra umidificadora para ventilador pulmonar Intermed IX5 para pacientes adulto	UNIDADE	50
78	422565	Cabo para PNI compatível com o monitor da marca Emai MX600	UNIDADE	30
79	150317	Braçadeira compatível com monitor Emai MX600 tamanho adulto	UNIDADE	30
TOTAL DE ITENS			3.010	

- 4.2.
- 4.3. Justificativa dos quantitativos
- 4.3.1. Os quantitativos foram definidos com base nas demandas das unidades da rede SESAP considerando que as últimas aquisições deste tipo de objeto se deu a mais três anos.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Considerando a natureza da contratação prevista para a aquisição de circuitos, acessórios e demais insumos para ventiladores pulmonares, aparelho de anestesia, monitores e cardioversores.
- 5.2. Em primeiro lugar, trata-se de uma aquisição de bens com características técnicas padronizadas e finalidade única, cuja distribuição será realizada para diversas unidades de saúde de acordo com a necessidade de cada uma. O fracionamento da contratação comprometeria a uniformidade do fornecimento, podendo gerar incompatibilidades entre equipamentos adquiridos em diferentes lotes, dificultando o uso padronizado, a capacitação dos profissionais e a manutenção técnica.
- 5.3. Além disso, o parcelamento poderia prejudicar a economia de escala, elevando o custo unitário dos equipamentos e resultando em maior despesa para a Administração Pública. A contratação em lote único permite maior competitividade entre os fornecedores e melhores condições comerciais, incluindo descontos por volume, prazos mais vantajosos e logística de entrega mais eficiente.
- 5.4. Por fim, é importante destacar que a ata de registro de preços, por sua própria natureza, já contempla o atendimento de forma escalonada, conforme necessidade da Administração, o que assegura flexibilidade sem a obrigatoriedade de compras imediatas e em grande volume. Dessa forma, o não parcelamento não compromete a gestão orçamentária, tampouco a eficiência do processo de aquisição.
- 5.5. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento da contratação não é viável, devendo a aquisição dos circuitos, acessórios e demais insumos para ventiladores pulmonares, aparelho de anestesia, monitores e cardioversores ser realizada de forma unificada, garantindo eficiência, padronização, economicidade e maior efetividade na prestação dos serviços de saúde pública.

6. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 6.1. Com base nas informações levantadas neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos viável a realização de procedimento de pregão eletrônico com objetivo de registro de preço para aquisição de circuitos, acessórios e demais insumos para ventiladores pulmonares, aparelho de anestesia, monitores e cardioversores, de modo a atender a necessidade das unidades pertencentes à rede da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte - SESAP/RN.

7. ANÁLISE DE RISCOS

Identificação e tratamento dos principais riscos associados à aquisição						
Se	Riscos identificados	Então	Probabilidade	Impacto	Medida de risco	Controle do risco
Ventiladores pulmonares, aparelho de anestesia, monitores e cardioversores.	Tratamento clínico do paciente deficitário e risco de morte eminente.	Compromete qualidade da assistência e o quadro clínico	3	3	Alto Risco	Aquisição de novos materiais permanentes

LEGENDA:

ITEM	DESCRIÇÃO
Probabilidade	Probabilidade do evento de risco ocorrer. Preencher com: 1) Baixa; 2) Média; 3) Alta; 4) Muito Alta.
Impacto	Impacto causado no resultado pretendido, caso o evento de risco ocorra (se materialize). Preencher com: 1) Baixa; 2) Média; 3) Alta; 4) Muito Alta.
Medida do risco	Resultado da multiplicação entre o impacto e a probabilidade de ocorrência do risco. Preencher com: Resultado de 1 a 3 - Baixo risco; Resultado de 4 a 5 - Médio risco; Resultado de 6 a 9 - Alto risco; Resultado de 10 a 16 - Altíssimo risco.
Controle do risco	Descrever o tratamento (a ação) usado(a) para mitigar/eliminar/evitar o risco identificado.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Comprovação através de certidões e/ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação. Licenças necessárias para realização da atividade de acordo com legislação atual vigente. Haja vista, que se trata de registro de preço para de aquisição ultrassom. Cada unidade contará com seu devido fiscal e gestor em caso de aquisição.
- 8.2. Critério de julgamento será a proposta de menor preço.
- 8.2.1. A contratação visa garantir a aquisição de acessórios, circuitos e insumos para equipamentos médico-hospitalares modernos, de alta tecnologia, que atendam às normas regulatórias vigentes e às necessidades específicas das unidades hospitalares da SESAP-RN. Dessa forma, os requisitos mínimos para a contratação incluem:
- 8.2.2. Requisitos Técnicos dos acessórios, circuitos e insumos para equipamentos: Os acessórios, circuitos e insumos para a serem adquiridos devem possuir características técnicas compatíveis com as necessidades das unidades hospitalares, incluindo: Desempenho adequado: Os acessórios, circuitos e insumos devem possuir especificações técnicas que garantam alta qualidade, precisão diagnóstica e segurança para pacientes e operadores. Conformidade regulatória: Devem estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e normas técnicas da ABNT/ISO aplicáveis a cada acessórios, circuitos e demais insumos. Compatibilidade com infraestrutura existente: Os acessórios, circuitos e insumos devem ser compatíveis com as as marcas citadas no Termo de Referência.
- 8.2.3. Requisitos Operacionais e Assistência Técnica: Garantia mínima de 12 meses para todos os acessórios, circuitos e insumos, contados a partir da instalação e aceitação definitiva pela unidade hospitalar. Capacitação e treinamento técnico operacional para os profissionais de saúde das unidades que receberão os itens (quando solicitado). Assistência técnica e suporte especializado para resolução de problemas técnicos e operacionais, com tempo de resposta adequado para minimizar a indisponibilidade dos acessórios, circuitos e insumos (quando solicitado).
- 8.2.4. Requisitos Contratuais e Administrativos: O fornecedor deve possuir registro regular junto à ANVISA para comercialização dos equipamentos. Os equipamentos devem ser entregues com todos os acessórios necessários ao seu funcionamento imediato, incluindo software, cabos, conexões e manuais em português. Os prazos de entrega, instalação e

aceitação técnica deverão ser compatíveis com as necessidades da SESAP-RN.

8.2.5. A observância desses requisitos garantirá que os acessórios, circuitos e insumos adquiridos atendam plenamente às necessidades da rede estadual de saúde, promovendo melhoria na qualidade dos serviços e otimização dos recursos públicos.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO
- 9.1.

Consultas a contratações anteriores de similares.
- 9.2.

Análises de especificações técnicas, garantindo compatibilidade com as necessidades das unidades hospitalares.
- 9.3.

Avaliação de soluções tecnológicas considerando aspectos de inovação, eficiência operacional e custo-benefício.
- 9.4.

Com base nesses fatores, conclui-se que a aquisição acessórios, circuitos e insumos representa a solução mais adequada para atender à demanda da SESAP-RN, assegurando economicidade, eficiência e melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
- 10.1.

A aquisição de acessórios, circuitos e insumos proporciona soluções relevantes e estratégicas para a melhoria da assistência em saúde, especialmente em ambientes críticos como emergências, centros cirúrgicos e unidades de terapia intensiva. Esses acessórios, circuitos e insumos oferecem recursos avançados, promovendo maior precisão, segurança e agilidade na realização de diagnósticos mais precisos, tratamento adequado e recuperação clínica antecipada.
- 10.2.

Entre as principais soluções proporcionadas, destacam-se:
- 10.3.

Aprimoramento da segurança do paciente, por meio de uma abordagem mais eficiente, menos invasiva e com melhor controle visual;
- 10.4.

Maior autonomia e resolutividade das equipes de saúde, sobretudo em situações emergenciais, onde o tempo e a precisão são fatores críticos;
- 10.5.

Atualização e modernização dos serviços, alinhando a prática assistencial aos padrões atuais de qualidade e às recomendações de entidades médicas nacionais e internacionais.
- 10.6.

Portanto, a aquisição desses acessórios, circuitos e insumos representa uma solução concreta para qualificar o cuidado, reduzir intercorrências clínicas e fortalecer a capacidade técnica e assistencial das unidades hospitalares.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS
- 11.1.

A Secretaria do Estado da Saúde Pública do RN - SESAP, tem como missão sublime e estratégica, promover ações da saúde, bem como, acompanhar, controlar e apoiar essas ações, proporcionado apoio técnico e financeiro coordenando o processo saúde-doença, na perspectiva da proteção e recuperação da saúde individual e coletiva. Considerando que apesar dos esforços empreendidos pelo governo do estado através da SESAP, para prover, planejar, organizar e executar ações que atendam com eficiência as políticas públicas de saúde é notório que, em toda rede do Sistema Único de Saúde - SUS, há deficiências de acessórios, circuitos e insumos.
- 11.2.

A aquisição de novos materiais faz-se necessário para potencializar as unidades hospitalares de maneira a elevar a qualidade da atenção, com a ampliação/melhoria da grade de serviços oferecida e pactuada nas diferentes regiões do Rio Grande do Norte, ampliando os atendimentos com mais segurança e resolutividade para a população que chega necessitando de cuidados médicos.
- 11.3.

A aquisição de novos acessórios, circuitos e insumos tem como objetivo principal o aprimoramento da segurança e da qualidade da assistência prestada aos pacientes, Com a incorporação desses itens, espera-se alcançar os seguintes resultados:
- 11.4.

Aumento da segurança do paciente, reduzindo o risco de falhas e outros eventos adversos.
- 11.5.

Maior eficiência nos procedimentos, com redução do tempo necessário para a internação, contribuindo para desfechos clínicos mais favoráveis;
- 11.6.

Aprimoramento da atuação profissional;
- 11.7.

Redução de complicações e custos decorrentes de procedimentos mal sucedidos;
- 11.8.

Dessa forma, a aquisição de novos acessórios, circuitos e insumos representa um avanço significativo no cuidado crítico e emergencial, contribuindo para a excelência no atendimento hospitalar.

12. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL
- 12.1.

Esta previsão está alinhada com o planejamento estratégico da Administração, que visa assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de diagnóstico em todas as unidades hospitalares. A inclusão desta contratação no PCA demonstra o comprometimento com a melhoria dos processos assistenciais e com a garantia de que os equipamentos essenciais estejam sempre operacionais, atendendo aos requisitos normativos e contribuindo para a segurança dos pacientes e operadores.
- 12.2.

A contratação está prevista no PCA 2026, sob id nº Plano de Contratação Anual: **Id pca PNCP: 08241754000145-0-000001/2026**; PCA 2026 - 925550-167/2026 - ERN - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.
- 12.3.

Desse modo, na execução de aquisição de acessórios, circuitos e insumos, não requer melhora de infraestrutura tecnológica nem infraestrutura elétrica. Não necessita de fornecimento de outros materiais para execução contratual. Não necessita de adequação de consumo de e serviços já prestados dentro da unidade.
- 12.4.

[Planos de Contratações Anuais](#) > [PCA 2026 - RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DA SAUDE PUBLICA](#)

PCA 2026 - 08.241.754/0001-45 - RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DA SAUDE PUBLICA



Última atualização: 25/07/2025

Data da publicação no PNCP: 25/07/2025

Esfera: Estadual

Poder: Executivo

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 1952.649.264.9559

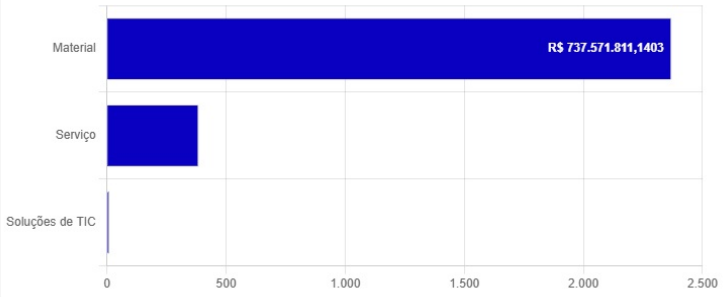
QUANTIDADE DE ITENS

2765

Baixar arquivo

Baixe o arquivo com a relação de itens dos planos das unidades do órgão (.csv)

Valor Total Estimado e Qtde de itens por Categoria



Planos das Unidades

Id pca PNCP	Unidade	Valor total estimado (R\$)	Data publicação no PNCP	Detalhar
08241754000145-0-000001/2026	925550 - ERN - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA	R\$ 1952.649.264.9559	25/07/2025	

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
- 13.1.

A aquisição de acessórios, circuitos e insumos dispensa qualquer tipo de contratação correlata.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 14.1. A aquisição de acessórios, circuitos e insumos, embora essencial para a segurança e eficácia dos procedimentos médicos, pode gerar alguns impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida. Entre os principais aspectos, destacam-se:
- 14.2. Geração de resíduos: Ao término da vida útil dos acessórios, circuitos e insumos ou em caso de substituição, os componentes, podem gerar resíduos que exigem descarte adequado, conforme normas ambientais específicas.
- 14.3. Uso de materiais não biodegradáveis: Os componentes plásticos e metálicos utilizados na fabricação dos itens, em grande parte, não biodegradáveis, podendo causar impactos ao meio ambiente caso não sejam destinados de forma correta ao final do seu ciclo.
4. Logística e transporte: O processo de aquisição envolve transporte e embalagem, o que pode acarretar emissões de carbono e produção de resíduos temporários, como caixas, plásticos e materiais de proteção.
- 14.4. Apesar desses impactos, é importante destacar que a aquisição de acessórios, circuitos e insumos não é poluente em si e que tais efeitos podem ser mitigados com políticas de descarte consciente com certificações ambientais, promovendo o equilíbrio entre o avanço tecnológico e a responsabilidade ambiental.
- 14.5.



Documento assinado eletronicamente por **JOSENILDO DA SILVA PAZ, Administrador**, em 13/04/2026, às 06:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40582525** e o código CRC **A173FFB8**.